



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2017

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete às quinze horas e quinze minutos no plenário da Câmara Municipal de Seropédica, em atendimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da lei complementar 101 de 04 de maio de 2000, com a finalidade de apresentar a avaliar o cumprimento das metas fiscais do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de dois mil e dezessete para atender a todos os quesitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estiveram presentes: o Secretário de Governo Luiz Claudio Medeiros Compasso, o Subsecretário de Fazenda Nilo Barcelos, que presidiu a Audiência, o Controlador Adjunto, Fernando Raniery Dias Bezerra, que apresentou os dados pertinentes ao objeto da presente Audiência Pública, o Subcontrolador Geral Roberto Costa Cortes Filho, os representantes do Sindicato dos Profissionais de Educação Roseli e Thiago, o Presidente do Sindicato dos funcionários Públicos Cleby e os representantes do poder legislativo: José Celso da Costa, sendo este o presidente do legislativo, e os demais vereadores Wagner do Emiliano, Hugo, Bruno do Depósito, Nando Paixão, Professor Lucas, Agnaldo Luiz, Anderson do Gás e Professor Ivan e demais munícipes.

O Presidente da Audiência abriu a seção cumprimentando a todos e franqueou a palavra para o Sr. Fernando Raniery, que por sua vez deu início à apresentação cumprimentando a plenária e agradecendo a presença de todos por tratar-se de uma audiência pública um pouco marcante para o município, pelo fato de nas últimas não ter tido a presença da população de forma marcante, sendo este fato visto de forma positiva para o município. Foram apresentados os relatórios do primeiro quadrimestre de 2017 onde serão avaliadas as metas fiscais dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, onde os dados serão apresentados de forma resumida para facilitar a compreensão de todos, sendo os valores apresentados na casa dos milhares para facilitação da leitura dos dados. Dando início a apresentação dos valores atingidos neste primeiro quadrimestre. No quadro 1 foram apresentadas a execução da receita, sendo a receita prevista para o ano de 2017 em R\$ 290.599.000,00 (duzentos e noventa milhões e quinhentos e noventa e nove mil) e neste primeiro quadrimestre foram arrecadados R\$ 74.659.400,00 (setenta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil e quatrocentos); atingindo 25,69% da arrecadação prevista para o exercício. No quadro 2, observamos de forma mais detalhada como foi composta a arrecadação, ao longo do primeiro quadrimestre. As maiores partes da arrecadação são de receitas correntes que são compostas pelas receitas tributárias, contribuições, patrimonial, transferências correntes e outras receitas. Nas transferências correntes foram arrecadadas R\$ 60.397.000,00 (sessenta milhões, trezentos e noventa e sete mil) o equivalente a 80,90% da arrecadação. As receitas tributárias foram na ordem de R\$ 1.244.000,00 (um milhão e duzentos e quarenta e quatro mil) que compõem 11% do total arrecadado neste período. Com referências a arrecadação, as transferências correntes se destacaram neste período e em segundo lugar destacam-se as receitas tributárias, que são as receitas arrecadadas no próprio município. No quadro 3, passamos então para a execução orçamentária da despesa que também foi fixado no valor de R\$ 290.599.300,00 (duzentos e noventa milhões, quinhentos e noventa e nove mil e trezentos) e foi executado até esse período R\$ 38.824.100,00 (trinta e oito milhões, oitocentos e vinte e quatro mil e cem), o total de 13,36% da fixação da despesa para o exercício. No quadro 4, observa-se a execução da despesa por categoria econômica, exemplo: foi gasto com pessoal em cargos R\$ 29.596.000,00 (vinte e nove milhões,



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

quinientos e noventa e seis mil) o equivalente a 76,23%; o gasto com juros e encargos da dívida foi na ordem de R\$ 139.600,00 (cento e trinta e nove mil e seiscentos) equivalente a 0,36%; as outras despesas correntes foram na ordem de R\$ 4.594.000,00 (quatro milhões, quinhentos e noventa e quatro mil), equivalente a 11,83%, e as despesas de capital em um montante de R\$ 3.169.500,00 (três milhões, cento e sessenta e nove mil e quinhentos), equivalente a 8,16% do total de despesa realizada neste período. Foi observado que a maior parte da despesa de capital foi com amortização de dívidas existente no município. Na execução da despesa, observamos que a maior parte é o gasto com pessoal e encargos. No quadro da seqüência observamos a aplicação de recursos por função de governo, sendo a primeira função onde envolve o maior gasto no município, a educação, com um total de R\$ 18.114.500,00 (dezoito milhões, cento e quatorze mil e quinhentos), o equivalente a 46,66% do total da despesa realizada nesse período. Foi gasto também na função administração R\$ 7.444.300,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil e trezentos) equivalente a 19,17%; o gasto com saúde foi equivalente a R\$ 5.168.700,00 (cinco milhões, cento e sessenta e oito mil e setecentos) equivalente a 13,31%; logo em seguida temos a previdência social, função legislativa e outras que são observadas no gráfico, correspondendo um total de despesas executadas de R\$ 38.824.100,00. (trinta e oito milhões oitocentos e vinte e quatro mil e cem). O palestrante solicita uma pausa para registrar a presença dos vereadores Hugo, Wagner, Bruno, Professor Ivan, Professor Lucas, Nando Paixão e do Presidente José Celso da Costa. Agradecendo a presença de todos! Dando continuidade a apresentação, mencionando como foi indicado no início, a função que mais desenvolve a aplicação de recursos, sempre é a área da educação, sendo que acontece em todas as esferas de governo em nosso país. Quadro 6 – Composição do resultado orçamentário. As receitas correntes foram na ordem de R\$ 74.669.400,00 (setenta e quatro milhões, seiscentos e sessenta e nove mil e quatrocentos) e as despesas correntes na ordem de R\$ 34.330.000,00 (trinta e quatro milhões e trezentos e trinta mil) havendo um superávit corrente de R\$ 40.329.400,00 (quarenta milhões trezentos e vinte e nove mil e quatrocentos). No que diz respeito à aplicação de capital, a mesma não ocorreu neste primeiro quadrimestre, porém houve a despesa de capital na ordem de R\$ 3.169.500,00 (três milhões, cento e sessenta e nove mil e quinhentos) sendo essa despesa de capital, custeada com as receita de superávit corrente. O resultado orçamentário do exercício foi de R\$ 39.159.900,00 (trinta e nove milhões cento e cinqüenta e nove mil e novecentos).

No quadro 7, destacamos a área de pessoal que ficou na ordem de R\$ 106.063.600,00 (cento e seis milhões, sessenta e três mil e seiscentos). A receita corrente líquida ficou na ordem de R\$ 182.164,300 (cento e oitenta e dois milhões, cento e sessenta e quatro mil e trezentos) sendo no primeiro quadrimestre o índice atingido com a despesa líquida de pessoal para fins de apuração foi de 58,22%, em observância que esta acima do limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que seria de 54%, porém, se comparado com o índice de pessoal atingido no último quadrimestre de 2016, observamos que houve uma queda, sendo apurados 63,12% e no quadrimestre em questão foi de 58,22%. Observamos uma redução de 4,9% no total da despesa de pessoal. O município tem quatro quadrimestres para acertar esse índice, atingindo os 54%, onde já foram tomadas medidas para reduzir as despesas e atingir a meta de pessoal estabelecida para o município. Destacamos como ponto relevante com relação ao índice de pessoal no total que foi gasto, não é o total gasto no exercício de 2017, e sim referente a maio de 2016 até abril de 2017, ou seja, para o cálculo é necessário utilizar 12 meses para trás tanto da receita corrente líquida quanto da despesa de pessoal. O índice gasto com despesa de pessoal de janeiro a



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

abril de 2017, sendo o índice atual de 35,98%; embora seja baixo, o índice que é levado em conta pelos órgãos fiscalizadores a título de LRF, é o calculado nos últimos 12 meses. Embora se tenha esse panorama, temos que respeitar o índice que foi citado anteriormente que é de 58%.

Quadro 8 - Os Resultados primários correspondem a diferenças entre receitas e despesas não financeiras, não considerando nesse cálculo, as receitas oriundas de aplicação financeira, operações de crédito, amortização da dívida, concessão de empréstimos, alienação de bens, juros e encargos da dívida; sendo apresentadas somente as receitas e despesas efetivamente arrecadadas e as despesas efetivamente arrecadadas e realizadas de forma direta. São as receitas não financeiras. Receitas primárias correntes foram R\$ 73.506.000,00 (setenta e três milhões e quinhentos e seis mil), não houve receita primária de capital e as despesas primárias correntes foram na ordem de R\$ 35.514.098,00 (trinta e cinco milhões, quinhentos e quatorze mil e noventa e oito) e despesas primárias de capital foram R\$ 7.401.000,00 (sete milhões e quatrocentos e um mil). Despesas primárias totais foram de R\$ 42.915.000,00 (quarenta e dois milhões e novecentos e quinze mil) e o resultado obtido da receita menos a despesa foi na ordem de R\$ 30.590.000,00 (trinta milhões e quinhentos e noventa mil). Sendo esse o resultado primário. O cálculo é utilizado para quando se obtém concessão de empréstimos, operações de créditos, os órgãos que financiam os recursos avaliam a saúde financeira do município, porém, cabe ressaltar que e até a presente data não foram feitos no município nenhuma operação de crédito e nenhum compromisso financeiro dispendioso. No próximo quadro, destacamos os índices atingidos na manutenção e desenvolvimento do ensino até o primeiro quadrimestre de 2017. Apresentou-se a aplicação mínima de 25%, com recursos próprios na educação, até o primeiro quadrimestre já foram atingidos 24,22%. Na remuneração do magistério temos 60% do Fundeb, na remuneração do magistério do ensino fundamental, onde já foi atingido 69,3%, ultrapassando o mínimo de 60% e para atingir os 25% só faltam uma casa decimal, sendo o município estando em uma boa margem.

Os gastos com recursos próprios na saúde, despesas com ações na saúde no exercício de 2017, considerando que já foram empenhados até o primeiro quadrimestre de 2017, na ordem de R\$ 12.761.000,00 (doze milhões setecentos e sessenta e um mil) onde já foram aplicados 29,8%. Para títulos do relatório de gestão fiscal, é considerada a despesa liquidada atingindo 4,74%. Até o final de 2017, o município deverá atingir 15% do total de recursos próprios aplicados na área de saúde, sendo esses a apresentação dos dados principais em relação às metas fiscais e os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O palestrante agradece a atenção de todos pelas informações e abre a plenária para dúvidas e sugestões, onde foi dada a palavra ao Vereador Wagner, o qual após cumprimentar os presentes solicita a exposição do primeiro quadro para que dúvidas sejam elucidadas. O mesmo solicita esclarecimentos sobre a execução e a previsão? O palestrante esclarece que a previsão foi o que se estabeleceu na lei orçamentária para o ano de 2017, sendo previsto R\$ 290.599.400,00 (duzentos e noventa milhões quinhentos e noventa e nove mil e quatrocentos) líquido, sendo uma previsão estimada. O vereador indaga que nesses quatro meses a execução foi de R\$ 74.000.000,00 (setenta e quatro milhões), se está dentro do previsto ou acima? O palestrante destaca que foram atingidos 25,69% do total previsto. Ainda com a palavra, o vereador questiona que a previsão do primeiro quadrimestre, em uma suposição de arrecadar R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões), arrecadou quatro milhões a mais, como seria essa previsão perante o orçamento da prefeitura? O palestrante esclarece que seria para estar na ordem dos 33%, na realidade a arrecadação está menor do que a previsão. Logo após o vereador Hugo pede a palavra



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

cumprimentando os presentes e logo em seguida questiona se há 33% a menos na arrecadação, o palestrante esclarece que a menos seria na casa dos 8%. Logo, o vereador pede para enviar a câmara posteriormente onde ocorreu a redução. O mesmo solicita entendimento sobre a saúde financeira da cidade e a situação que se encontra, enfatizando que os representantes da PMS estão se esforçando para tentar ajustar as contas porque na câmara chega decreto de calamidade financeira e depois o mesmo foi revogado, pelo que se tem observado, no tocante de pessoal com 35,98% está bem abaixo dos 54,3%. O mesmo pergunta se tem R\$ 40.000.000 (quarenta milhões) em caixa? Até abril de 2017 o total da receitas, impostos e despesas próprias com a saúde chegaram a R\$ 43.889.000 (quarenta e três milhões oitocentos e oitenta e nove mil) de acordo com o relatório anexo 12 da LRF, a PMS só gastou até abril R\$ 5.238.000,00 (cinco milhões duzentos e trinta e oito mil) que invalida os 15% que é constitucional, onde o mesmo fez menção ao artigo 7º da constituição federal que cita: Art. 7º Os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal. A pergunta foi o porquê de se estar gastando somente 12%, sendo que a constituição diz que são no mínimo 15%; houve também questionamentos sobre o não cumprimento por parte do executivo não estar atuando de acordo com a Constituição federal por estar gastando menos do que a constituição determina? O Subsecretário de Fazenda Sr. Nilo esclarece que o valor encontra-se empenhado. O vereador questiona o fato de serem 15% e que não adianta empenhar e não gastar e sugerem que os presentes, por serem a parte técnica, devem participar ao prefeito sobre os 12% estarem abaixo do permitido por lei. O palestrante Fernando esclareceu que o índice atingido no primeiro momento realmente encontra-se abaixo e que o ideal é que ocorra a execução desse percentual ao longo de cada mês, foi destacado pelo Subsecretário de governo que tem citando ter sido uma relevante informação anunciada pelo Secretário de Fazenda já ter R\$ 12.761.000,00 (doze milhões setecentos e sessenta e um mil) empenhados. Nesse primeiro quadrimestre já foi aplicado esse montante comprometido, porém para que aumente esse percentual, é necessário que haja liquidação da despesa e o pagamento, esse fato, porém, envolve todo um trâmite processual e de liquidação da despesa. Nesse primeiro momento, ainda não aparecem essas informações dentro dos dados contábeis que são foram expostos no quadro da LRF do primeiro quadrimestre. A própria lei estabelece que esse percentual seja atingido não mensalmente, mas dentro do exercício porque existe a variação que pode ocorrer ao longo do exercício. Os relatórios apresentados são gerenciais os quais servem não somente para prestação de contas para a população, como também para o próprio gestor ter ciência das informações ao seu encerramento e realizar avaliações para o mesmo direcionar a execução da despesa. O vereador Hugo Luiz questiona se nesses 12% está inserida a folha da saúde e solicita a folha discriminada. O Subsecretário de Fazenda diz estar incluída parte da folha, insumos e medicamentos e em relação à folha de insumos discriminada, o mesmo poderá estar solicitando que será atendido pela Secretaria de Saúde. O Secretário de governo pede a palavra para prestar esclarecimentos sobre o quadro que são 29,8% de gastos, como já foi exposto pelo Secretário de Fazenda, onde tem gastos que já foram empenhados e não liquidados. Fica esclarecido pelo palestrante não se tratarem de 12% e sim de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões), onde seu percentual seria 29,8% como representado no quadro. Professor Ivan solicita a palavra, onde o mesmo após cumprimentar aos presentes ressalta a importância do corpo técnico do executivo para esclarecer os elementos técnicos que são abordados



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

no setor público. O mesmo expõe que segundo informações do portal da transparência, até abril, circulavam em torno de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões) em caixa, porém o questionamento diário é: se há dinheiro, porque não foram pagos os salários que ainda estão atrasados? Onde o mesmo afirmou ter conhecimento das questões das cooperativas que retardou, porém algumas questões já foram sanadas e se dentro deste planejamento a Prefeitura já está se organizando um calendário ou uma forma para que se tenham respostas para dar para a população que ainda não receberam seus salários? O secretário de fazenda esclareceu está sendo preparado um calendário pelo executivo, porém sem um provisionamento para ser efetuado o pagamento. O Secretário esclarece haver em torno de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil) o que tem para pagar de salários atrasados; tratando-se da cooperativa, declarou não ter orçamento para tal. Expondo que no dia 19 do corrente a cooperativa solicitou desligamento, sendo esta outra questão administrativa, onde a cooperativa contratada na época apresentava enormes processos trabalhistas. O pessoal comissionado está sendo liberado um calendário. Em continuidade, o vereador pergunta ao Secretário se há uma data para o pagamento? O Secretário afirma ainda não ter data. O vereador Agnaldo Luiz pergunta se serão os comissionados de dezembro e décimo terceiro? O Secretário de Fazenda esclarece ser somente o salário de dezembro, pois os mesmos já receberam o décimo terceiro. O Vereador professor Ivan evidencia que tem dinheiro e que agora deverá ter um planejamento e provisionamento no executivo, pois o legislativo são os responsáveis pelo fato aludido. O presidente José Celso da Costa pede a palavra com questionamento direcionado ao Subsecretário de Fazenda sobre o não pagamento dos comissionados, ou seja, dos contratados e dos professores. Onde o mesmo expõe serem cobrados nas ruas pelos professores que eram contratados e não receberam o décimo terceiro e o salário de dezembro, onde esclarece já ter solicitado ao Secretário de Governo o extrato correspondente ao mês de dezembro de primeiro a trinta e um, de todas as contas e que até a presente data tal solicitação ainda não foi atendida; onde precisam dar uma satisfação ao povo, pois os mesmos como vereadores são cobrados. O mesmo ressaltou ser uma obrigação de a prefeitura informar a câmara, onde para isso existe uma Câmara de Vereadores. O Vereador Prof. Ivan finaliza, agradecendo e exclamando ser o que todos gostariam de ouvir que tem o dinheiro para pagar os salários atrasados.

Esteve com a palavra Professor Lucas que expõe que segundo informações prestadas aqui, temos arrecadados somente de Fundeb R\$ 18.959.000,00 (dezoito milhões novecentos e cinquenta e nove mil) e já se teve um gasto até então de R\$ 15.532.000,00 (quinze milhões quinhentos e trinta e dois mil), com uma sobra até o presente de R\$ 3.426.000,00 (três milhões quatrocentos e vinte e seis mil), só do Fundeb. Se for implantado o Plano de Cargos, daria em torno de R\$ 700.000,00 (setecentos mil) ou seja, o dinheiro que tem da sobra daria para estar pagando os PCCs e ainda teriam vestígios. Qual seria o motivo para não estarem implementando os PCCs da Educação até o presente momento? O Subsecretário de fazenda esclarece não ser quem irá responder o questionamento, porém esclarece sobre a parte financeira, a qual é de seu conhecimento. O Subsecretário esclarece o que é o Fundeb? citando ter que usar pela lei 60% para a valorização do magistério no mínimo e os outros 40% com pessoal de apoio e outras despesas. O Subsecretário diz não ter recurso e que teria q fazer uso dos 40% e entrar no recurso próprio. Atualmente sem o pagamento do plano, já possui 69,6% de gastos com o Fundeb. O vereador questiona que só o Fundeb irá passar dos 60%, porém a lei não impede, por ter 25% do recurso próprio sobrando para merenda e transporte escolar. O Subsecretário informa já usar e esclarece usar o recurso próprio para merenda e transporte e afirma



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

não estar sobrando. Colocando que recebe R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil) de Fundeb, paga R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil) de folha, só de 60% , R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem) de 40%. O que irá sobrar? O vereador questiona não estar batendo o valor. O Subsecretário sugere ao vereador que entre na internet, onde o mesmo afirma entrar diariamente. O Subsecretário solicita ao vereador que tenha acesso a folha da prefeitura dos 60% e 40% que irá identificar se há sobras. O vereador diz que a informação não procede, onde o mesmo afirma que quem acompanhou o prefeito anteriormente, onde o mesmo tem a prática de no final do ano, distribuir o dinheiro do FUNDEB para os professores, deixando claro que os mesmos não precisam de migalhas. O Subsecretário de fazenda diz enviar as folhas e a receita todos os meses para o Conselho do FUNDEB. Onde o vereador solicita que seja enviado também para a Câmara. O Secretário esclareceu ao vereador que é só o mesmo enviar ofício com a solicitação, onde o mesmo será atendido. O vereador diz respeitar a posição do Secretário, porém os números provam. O Vereador esclareceu à plenária, não precisar de a Câmara liberar nada para serem pagos os PCCs, afirmando ter recursos e uma sobra. Deixando registrado se os Pccs não forem implementados, o executivo irá escolher a dedo quem receberá os vestígios do Fundeb. O Secretário de Fazenda se propôs a enviar os balancetes. O palestrante Fernando pede a palavra, destacando uma informação relevante, sobre a arrecadação do primeiro quadrimestre em relação ao Fundeb nesse período ser de R\$ 11.825.000,00 no quadro da LRF sendo o total gasto o valor de R\$ 15.534.000,00, destacando que na realidade o valor com as despesas do Fundeb estarem acima do valor da arrecadação, conforme indicado no quadro.

O Vereador Professor Lucas pede a palavra, destacando que como vereador pode respeitar a posição do governo de não achar importante implementar os Pccs, porém aceitar, concordar é outra coisa. O Secretário de Governo pede a palavra, dizendo ao vereador que, ao mencionar sobre o governo não achar importante implementar os PCCs, V.Exa., estaria falando pelo governo. O mesmo esclarece que o governo tem total interesse em implementar o Plano de Cargos e Salários, onde o sua pessoa colocou-se a disposição para falar sobre esse assunto em conversa na Câmara, sendo claro com os mesmos, destacando a forma como os PCCs estão sendo apresentados, citando que o mesmo foi aprovado em lei no mês de junho do ano passado, nunca sendo implementado, citando que o governo não implementou porque não há condições, onde o governo em exercício está tendo a mesma dificuldade. Pedindo licença a V.Exa, que não falemos pelo governo, pois o mesmo tem interesse na implementação e leva a sério a questão da educação e os profissionais que trabalham. Vereador Professo Lucas diz que o governo passado não implementou por ser um irresponsável. Cita que ao falar de plenária, vereador, regimento interno, que o mesmo é legitimado pela população para expressar sua opinião e quando diz que não há interesse por parte do governo, está colocando a visão que o professor Lucas tem do governo até mesmo porque o mesmo não pode falar pelo governo, esclarecendo o mesmo não ser funcionário do governo. Diz que enquanto não for provado matematicamente, manterá sua opinião, esclarecendo que os números provam. O mesmo expõe ter feito o cálculo de fevereiro a abril, colocando que entrou R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil) de Fundeb e ter uma folha de R\$ 3.000.000,00 (três milhões), significa no mês economizado R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil). Se implementar os PCCS, gastaria R\$ 700.000,00 (setecentos mil). A lei do Fundeb diz no mínimo 60%, podendo sim utilizar 70%, 80% para se pagar o Fundeb. Se quiser gastar 100% do fundeb, pode, basta saber se o município tem condições. Merenda tem que ser de recurso próprio. O Secretário de Fazenda está fazendo está



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

fazendo uma conta de entrar nos 40%, utilizando 60% do Fundeb. A remuneração do magistério com ensino fundamental no mínimo 60% está usando 69,06%, afirma o Subsecretário de fazenda. O Controlador adjunto Fernando responde que a remuneração do magistério do ensino fundamental, no mínimo 60%, está usando 69,06%, só com o magistério no 1º quadrimestre, isso sem contar que ao longo do exercício irá entrar o décimo terceiro, elevando esse percentual. Esclarecendo não ser somente uma questão de recursos do Fundeb, informando que o trâmite para aplicação dos PCCs ainda estão sendo estudados pela administração e se necessários alguns ajustes, vai ser proposto. Onde os 3 representantes do governo presentes não tem informações referentes ao assunto. O mesmo se propôs a anotar os referidos questionamentos e repassar para a Secretaria de Educação e de Administração para dar andamento a essa matéria. O vereador professor Lucas enfatizou a importância da documentação solicitada pelo mesmo e pelo vereador Hugo, pois tal será anexada a documentação referente à audiência pública e o mesmo esclareceu ao secretário de governo não ter falado pelo governo, mas sim, pela sua visão pessoal, não se esquecendo que fora o Fundeb, ainda se tem 25% de recurso próprio para trabalhar com a educação, onde falou sobre isto não estar sendo levado em conta, o mesmo esclarece por este motivo estar afirmando poder estar pagando os PCCs, porém, o governo até o presente momento entende que não dá para pagar, sendo essa a posição do governo. Esclarecendo estar guardando as informações e ser lamentável.

O vereador Agnaldo Luiz pede a palavra cumprimentando os presentes. Cita ser de suma importância ter a acesso ao relatório da audiência pública detalhado, porque quando se fala em educação só se fala em Fundeb, colocando em questão outras verbas como: PINAI, Salário Educação, Brasil Carinhoso além de outros recursos. O vereador questiona o fato da Câmara não ter números, não tem dados. O mesmo coloca que a prefeitura nos seus gastos informados no portal da transparência, que até abril de 2017, gastou R\$ 24.309.000,00 com pessoal; sendo quase R\$ 14.000.000,00 com educação e aproximadamente R\$ 2.000.000,00 com médicos. No montante de arrecadação da Prefeitura, dentro do percentual de funcionalismo, em quais outros segmentos a prefeitura está aplicando a sobra do recurso? O mesmo solicitou que sejam enviados os dados detalhados por folha de pessoal, para se terem noção de como está sendo equilibrado esse gasto tanto na utilização de mão de obra funcional na ponta, a qual ainda não está funcionando. Onde o mesmo afirma não ter visto durante esses meses o funcionamento da máquina pública. Dando como exemplo o Posto de Saúde, o Sisreg, afirmando não terem acesso a licitação da prefeitura realizada no processo de certame e publicado, onde só tiveram conhecimento dos processos emergenciais, citando a prefeitura funcionar com 90% dos contratos básicos através dos emergenciais. Deixando claro que a câmara não quer em hipótese nenhuma interferir na administração da prefeitura, mencionando a prefeitura ter os técnicos, os secretários renomados, porém hoje não se tem uma transparência para ter dados. O mesmo expõe querer virar o ano com a infra-estrutura funcionando. Solicitou que para não haver constrangimento, que tanto o envio quanto o recebimento das prestações de contas sejam detalhadas, disse também não haver respostas técnicas a nenhum requerimento, onde os mesmos necessitam de dados, para ao serem cobrados possam até mesmo defender o prefeito e prestar contas a sociedade. O Subsecretário de fazenda, disse encaminhar todos os balancetes da receita para a Câmara, estando ali todas as receitas mensais. O vereador diz não querer a receita sintética e sim analítica (aberta), para saber com o que se estar gastando. O Secretário de governo esclarece que através do ofício nº 26 e 37 da Sec. de governo, sendo o de nº 26 protocolado nesta casa em 24 de Março. Citando o presidente ter feito uma solicitação através do ofício nº 01-17, cujo



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

assunto é a solicitação de extratos bancários de todas as contas da prefeitura de dezembro a janeiro. Esclarecendo já se encontrar na câmara desde março o processo nº 204-17 e o processo de nº 471-17, ofício nº 137 atendendo a solicitação da câmara. Com relação à secretaria de educação, quando colocado que se está gastando 69% da folha, já muito bem exposto pelo vereador Hugo, estabelece que 54,03% é o limite da LRF, quando assumimos o governo, dia 02/01, a atual gestão tinha gasto 63% com a folha de pagamento, ultrapassando o limite da lei. Atualmente estamos com 34% conforme exposto no relatório do controlador. O secretário afirmou existir esforço por parte do governo, afirmando atualmente a folha ser quase a metade da anterior, então esses 69%, não havendo uma contratação. O único contrato emergencial que foi feito para suprir por três meses a educação, foi porque antes do término do governo passado, convocaram 256 pessoas do concurso, porém as mesmas não foram empossadas, esclarecendo que para suprir essa demanda teve que se fazer um contrato emergencial. Caso implementasse os PCCS, onde aparentemente o governo anterior fez um estudo de impacto financeiro para sua implementação, porém até hoje o governo atual não teve acesso a esse número. O Secretário afirma ao Vereador, ser intenção do governo implantar os PCCS. Sobre os contratos emergenciais, o mesmo afirma já ter protocolado na câmara por outras duas oportunidades, a listagem os emergenciais feitos pela prefeitura, sendo nesta presente data por questões operacionais, não trouxe a cópia de todos na íntegra, comprometendo-se em fazer isso ao longo dos dias. O vereador Agnaldo Luis solicita a palavra onde a dúvida levantada pelo mesmo é: Estamos utilizando 69% da folha da educação e quantos por cento da prefeitura? O Secretário responde que seria aproximadamente 35%. O vereador ainda com a palavra pergunta se o Secretário de Governo recorda-se de quantos contratos emergenciais foram feitos até a data anterior? O Secretário diz ter trazido a listagem e a informação se encontrar no processo o qual deu entrada nesta presente data. O Presidente da Câmara diz desconhecer os extratos nos quais o Secretário informou ter enviado, solicitando que sejam direcionados ao seu gabinete os extratos dos dias 01 a 31-12 de todas as contas da prefeitura. O Secretário de governo afirmou que todos os ofícios são endereçados ao gabinete da presidência da câmara, onde o mesmo se propôs a reiterar os ofícios em evidência. O presidente esclareceu ter recebido o extrato do mês de janeiro. O Secretário se propôs a trazer os extratos e entregá-los em mãos.

O vereador Hugo pede a palavra, citando a fala dos vereadores Agnaldo e Lucas sobre o Fundeb, solicitando serem mais explícitos para poderem informar a população. Onde o mesmo levanta o seguinte questionamento: Os PCCs no entendimento do mesmo é lei e tem q ser cumprido. Tem-se dinheiro a lei tem que ser cumprida. Se o governo não cumprir a lei, cabe ao mesmo a responsabilidade, sendo votada nessa casa a Lei para aprovação dos PCCs, até mesmo no período eleitoral, onde arriscaram os vereadores, tendo a princípio ordem judicial na época da votação. O mesmo interrogou também sobre os contratos de 2017 e por este motivo querem saber quanto se gastou com remédios e máquinas na ruas? O Subsecretário de fazenda questiona se a dúvida é quanto gastou ou quanto empenhou. O vereador esclarece sua dúvida não ser sobre empenho por não estar vendo nada e que pode ter sido empenhado todo o orçamento. O mesmo pronuncia a cidade estar parada e não ter coleta de lixo, diz estarmos chegando em junho e os serviços essenciais não estarem funcionando. Não estamos aqui para julgar, queremos entender a parte técnica e os demais vereadores ficam perdidos também, mais entendem que os representantes do governo aqui presentes, trabalham tecnicamente. O vereador questiona sobre quantos contratos emergências foram feitos? O Secretário de governo esclarece ter dado entrada no ofício nº 167 de sua secretaria



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

onde especifica todos os contratos emergenciais e como mencionado anteriormente, já enviou cópia de alguns e posteriormente trará cópia de todos na íntegra. Vereador Hugo expõe estarem sendo cobrados pelo Ministério Público em 23-05-17, onde solicita ao então vereador Professor Lucas que leia a referida solicitação que requisita no prazo de 30 dias o encaminhamento do relatório resumido da execução orçamentária com especificação da receita corrente líquida do município de Seropédica do exercício de 2017 e detalhamento das despesas por área de governo. Planilha de gastos contendo a despesa total com pessoal na área de saúde, assim compreendido nos termos da LC 101-2000 como sendo o somatório dos gastos na municipalidade com os ativos, inativos, pensionistas, relativos ao mandato eletivo com cargos, funções, civis, militares e de membros de poder, quaisquer espécie remuneratórias como vencimento e vantagens fixa variáveis, subsídios, projetos de aposentadoria, reforma e pensão, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de quaisquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente a entidade de previdência, ressalto que tais gastos devem ser discriminados com a planilha detalhada com a apuração de soma realizada no mês de referência dos 11 imediatamente anteriores adotando-se o regime de competência nos termos do artigo 18, inciso 2º da LC 101-2000. Ítem C: esclarecimento acerca do item pessoal que se encontra a despesa com pessoal da área de saúde em comparação com a despesa total de pessoal de todo o município. São essas as solicitações e informações do Ministério Público. O vereador solicita a colaboração dos representantes da prefeitura, onde afirma o conteúdo já ter sido em parte, solicitado pela câmara. O Secretário de governo esclarece que a solicitação apresentada até a presente data não ser de seu conhecimento; onde solicitou a casa que todas as solicitações, endereçadas a prefeitura, sejam encaminhadas a Secretaria de governo. Esclarecendo que os ofícios que foram encaminhados diretamente as demais secretarias (Assistência, Saúde e Obra), infelizmente não foram respondidos e o secretário não tomou conhecimento dos mesmos. O mesmo perguntou se o ofício do M.P foi encaminhado à câmara? O vereador esclarece o M.P ter encaminhado a câmara esclarecimentos, cobrando aos mesmos a função de fiscalizar. Onde faz referência aos ofícios que são encaminhados as secretarias e por algum motivo não haver retorno. Falou-se também sobre o trâmite dos processos emergências, frisando serem de 90 ou 180 dias, todos já se encontram passados do prazo os emergenciais. Solicitando informações sobre como foram feitos, itens licitados estão sendo entregues do P.S, sobre apresentação das notas fiscais, onde afirma os vereadores estarem “vendidos” por está ser uma boa relação em tentar resolver. Aonde chega um limite em que o M.P envia para a câmara, questionando os que os mesmos sobre os processos emergenciais. Ainda com a palavra o vereador Agnaldo questiona sobre ter caixa durante a transição de governo, o porquê de não se pagar a cooperativa e os funcionários? Os mesmos estão em uma situação que necessitam de respostas documentadas. Deixando claro que o secretário de governo quer resolver questões que não lhe cabem, e sim aos secretários das pastas. O Secretário de governo é a pessoa de confiança do prefeito, o mesmo tem o papel fazer a máquina administrativa acontecer, porém os secretários têm responsabilidades solidárias juntamente com o prefeito. O mesmo sugeriu que sejam enviadas cópias as secretarias pertinentes com cópias endereçadas ao Secretário de governo, para que o Secretário possa cobrar dos responsáveis da pasta. Chegamos a um nível que até o M.P está cobrando a Câmara e não só a sociedade e o eleitorado; por este motivo precisamos de respostas documentais com pareceres analíticos. Para blindar a câmara e o governo, os mesmos precisam de respostas plausíveis para falar sobre o funcionamento da máquina administrativa, deixando claro não querer ter uma resposta negativa e obscura em relação ao



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

governo, deixando claro para isso precisar de documentos. Vereador Hugo com a palavra encaminha ao secretário de governo a cópia do ofício do Ministério Público.

Com a palavra o vereador Nando Paixão, que cumprimenta todos os presentes e solicita esclarecimentos sobre o critério usado para os processos emergenciais de merenda e transporte escolar, assim como também a prestação de contas do conselho de merenda escolar, se foi realizada a devida prestação de contas pelo referido conselho e se o pagamento da merenda está sendo realizado diretamente pela prefeitura? Sendo o segundo questionamento com relação ao término do contrato da Coopsegue, onde vários funcionários foram dispensados e os setores onde os mesmos trabalham encontram-se desocupados. Como está sendo feita a contratação de novos funcionários? O Secretário de governo em resposta afirma não ser a intenção de o governo realizar as contratações de forma emergencial, o que ocorreu foi que o governo em um ato discricionário decidiu que fechasse a prefeitura, baixando-se um decreto, onde foi feita uma varredura em todos os setores sendo a mesma reaberta no dia 19 de janeiro, onde foram retomados os trabalhos e não haviam se formado as secretarias, somente a de governo e educação. O ano letivo iniciou-se em 07/02, não havendo tempo hábil, onde o contrato de transporte e merenda do governo anterior vencia em 05/02, onde o ano letivo teria início em 07/02, porém mesmo sendo emergencial, não houve tempo hábil para as licitações, sendo solicitada a Secretária de Educação que fosse prorrogado o início do ano letivo para 14/02. Outra questão em resposta ao vereador Agnaldo, só foram feitas contratações emergenciais de serviços extremamente essenciais. O mesmo afirma enviar à câmara as cópias dos contratos, citando o de medicamentos de alta complexidade, com nove empresas participando do certame, sendo feito pelo menor preço unitário, dessa forma cinco empresas ganharam a licitação, cada qual com seus itens de menor valor, onde o Secretário afirma que mesmo sendo emergencial, busca-se a economicidade e a legalidade para fazer o menor uso do dinheiro público. Quanto à cooperativa, o Secretário afirmou não ter interesse em romper com a mesma, apesar de achar que a mesma não atendia de forma adequada, porém não havia interesse em encerrar neste momento, tendo a referida empresa apresentando uma grande demanda em processos judiciais, começando a haver bloqueio de valores nas contas da prefeitura, não havendo como continuar com o trabalho da cooperativa em questão. Esclarecendo o M.P e a Procuradoria serem contra a contratação de cooperativas, afirmando um promotor que melhor se façam contratações de forma direta. Porém o governo esta buscando a forma mais adequada, por serem serviços necessários a Prefeitura, havendo a necessidade de recontratar essas e novas pessoas. O vereador Wagner exclamou que falou-se e não chegou a lugar nenhum, onde o mesmo respeita a posição do Secretário, porém estão faltando mais representantes do município da audiência, como o Controlador e demais pessoas da controladoria na plenária, onde o palestrante é o controlador adjunto e o Subcontrolador geral esteve presente e precisou se ausentar antes de findar a plenária. O mesmo afirma que para dar legitimidade a prestação de contas, haveria de ser encaminhado para a câmara o balancete analítico, referente à prestação. O mesmo afirma o que ter sido empenhado foi só a folha de pagamento, previsão do INSS e os emergenciais que foram feitos. Questionando o que foi liquidado e empenhado. O vereador quer saber o que foi liquidado e não empenhado, afirma não ter sido empenhado nada na sua opinião, porque as licitações não ocorreram. Como esta prestação está indo para o lado político com o Secretário respondendo e querendo dar uma satisfação relacionada ao motivo de ter sido feito emergenciais, tendo o governo três meses para se preparar para assumir a prefeitura, exclamando ser vergonhoso o Secretário falar que no dia 19/01 só tinham dois



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

secretários na prefeitura, se existia um orçamento aprovado, onde no dia 01 de janeiro o prefeito deveria entrar com todo o seu Secretariado. O vereador diz não ser esse o motivo para se fazer emergencial, mesmo porque só foi elaborada a comissão de licitação em maio, onde as comissões de licitação e fiscalização do contrato devendo ser publicadas no primeiro mês. O mesmo diz querer saber como foi gasto, quanto tem em conta e como está sendo gasto o dinheiro? O vereador afirma que se não houver programação, irão terminar o ano com R\$ 50.000.000 em caixa. Afirmado tratar-se de uma prestação de contas sadia para se chegar a um denominador comum para colocar o município para funcionar. Pois quando se fala em gastos com 34% da folha, se vangloriando pelo governo, o vereador se diz triste, pois o município não tem urologista e nem pediatra 24 horas. O mesmo declara se sentir confortável em participar da audiência, assim como nas próximas para dar legitimidade à mesma. Solicitou-se novamente a parte analítica, para que não seja discutida no dia da audiência a parte política e sim as partes cabíveis. Solicitando que sejam tiradas as dúvidas discutidas acima porque no seu entendimento há R\$ 40.000.000,00 em caixa, sabendo por alto ter mais R\$ 20.000.000,00 calculando R\$ 60.000.000,00 na conta. Afirmado ter a oportunidade de fazer a melhor gestão que Seropédica já teve. Quando se fala em orçamento do fundeb que será corrigido no próximo quadrimestre, tendo que haver a previsão de onde será gasto. A câmara esta acompanhando diariamente, mas não esta vendo as licitações que estão sendo elaboradas. O vereador Wagner finaliza sua fala expressando que para ser dada legitimidade a audiência, solicita que sejam entregues todos os dados analiticamente, para saberem onde foram realizados os gastos exclamando também que com relação aos emergenciais que foram feitos, quem irão analisá-los será a câmara e o tribunal de contas. Onde poderá ocorrer de a câmara editar algo para não ocorrer mais emergenciais no município no presente momento. Expressando ainda que o Secretário não poderá dizer ter gasto 69% se não apresentar a planilha de funcionários. Solicitando que seja encaminhada a prestação de contas analítica para o seu gabinete. O Secretário de Governo declara não recordar agora o número do ofício encaminhado ao protocolo da câmara com as informações, porém no mês anterior, o mesmo encaminhou pessoalmente os dados que foram solicitados a Subsecretária de Administração, onde a mesma repassou todas as folhas nominais da prefeitura com nomeações e contratos cada qual com seus valores discriminados e a outra questão é referente ao valor que foi repetido inúmeras vezes trata-se do primeiro quadrimestre, tratando-se do final de abril, porém já estamos no final de maio, onde já se passaram dois meses, sendo este já outro valor. Em continuidade, o Secretário esclarece que em momento nenhum exclamou que os emergenciais fossem uma decisão do prefeito, frisando os mesmos estar respaldados pela lei 8.666 como instrumento legal, onde não houve tempo hábil para serem feitas as licitações até 19 de janeiro e as empresas estarem entregando as mercadorias em 07 de fevereiro, com aproximadamente 16 dias úteis, ainda que tivessem todas as secretarias compostas. Por este motivo, tais procedimentos não foram tomados. Quanto à comissão de licitação, houve a necessidade de alterar o quadro porque uma das componentes foi para outro órgão. E com relação à comissão de fiscalização de contratos, a publicação de provavelmente algum contrato específico que foi observada recentemente. Esclarecendo que para cada contrato existe uma comissão específica. Onde a publicação da comissão em questão, pode ter sido constituída recentemente ou ter havido alguma alteração em alguma comissão já formada. O vereador Agnaldo pede a palavra e questiona sobre a fala do Secretário com relação as respostas com referência aos requerimentos, onde diz haver um prazo no regimento interno descrito na lei orgânica. Esclarecendo o governo não poder responder na hora que ele quer,



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

onde agora terá que responder por haver uma cobrança do Ministério Público. Deixando claro que 80% das respostas do governo que estão sendo apresentada a câmara são respostas evasivas, onde tratar-se de um procedimento jurídico, por este motivo haver a Procuradoria e demais órgãos. Relacionado à responsabilidade do Prefeito sobre a decisão pelos emergenciais, o vereador esclarece que quando se ganha uma eleição, você tem que se programar para gerir uma cidade, independente do governo, a responsabilidade com a administração e a responsabilidade são contínuas, onde o Prefeito responde ao TCE que é o órgão que fiscaliza e hoje a Câmara Municipal que pelos tribunais, a competência decisiva do julgamento é da câmara. Por este motivo, o mesmo tem buscado entendimento desde o mês de janeiro, para evitar desgastes como o que ocorreu com o fato de o Ministério Público ter enviado uma cobrança para a Câmara. Esclarecendo isso não se tratar de política. Solicitando novamente a necessidade de se ter dados analíticos para as respostas ao M.P. O vereador deixa claro não querer atrapalhar o governo, onde gostaria que o mesmo estivesse usando o teto máximo para se ter os serviços essenciais, declarando não estar preocupado em quanto se está gastando e querer ter a certeza da prerrogativa de sua função, onde deixa exposto a diferença de se enviar uma resposta a mandar uma resposta para se ter mais tempo. O Vereador Wagner diz ao Secretário que irá aguardar, onde o mesmo agradece e diz não ter mais nada a declarar.

Vereador Lucas solicita a palavra com um questionamento direcionado ao Secretário de Governo. Perguntando se há ciência por parte do Secretário que no Portal de Transparência da prefeitura não consta nenhum processo emergencial? O Secretário responde não ter ciência, dizendo estar a cargo de outra secretaria, aonde o mesmo irá se informar e encaminhar a resposta. Esclarecendo não saber o motivo, já que todo ato é público e o portal estar na LRF tendo que ser abastecido. O vereador Wagner cita a última normativa do TCE que o executivo tem que encaminhar ao portal da transparência o contrato digitalizado folha por folha e encaminhar ao TCE. Onde o mesmo acrescenta que se hoje fosse o ordenador de despesa, citando o presidente José Celso como o atual ordenador; ter que encaminhar dois dias após a publicação uma cópia para o Tribunal de Contas, onde o mesmo deverá autorizar ou não a licitar. O Secretário de governo menciona que por força da obrigatoriedade de encaminhar ao Tribunal para o Sigfis, automaticamente são digitalizados. Onde o mesmo acredita que tais processos já foram digitalizados para serem encaminhados ao Tribunal de contas e questiona o porquê não de ser encaminhado também ao portal? Justificando não saber o motivo de não se encontrar no mesmo. O Vereador Lucas levanta outro questionamento com relação aos emergenciais, perguntando o porquê de dois serem prorrogados e o porquê da prorrogação? O Secretário de governo esclarece inclusive o fato de ter sido mencionado por um dos representantes do legislativo o fato de o emergencial poder ser prorrogado por até seis meses, mas a prefeitura optou por três meses, onde naquele momento, sendo solicitado pelo Secretário ser por seis meses, porém decidiu-se que fosse por três meses, declarando o mesmo ter imaginado não teria tempo hábil para licitar. Todos os processos emergenciais até para respaldar a emergência, não se pode alegar inércia, esclarecendo terem sido feitos os emergenciais e automaticamente terem começado procedimentos licitatórios, porém os procedimentos não foram concluídos no prazo de 3 meses havendo infelizmente a obrigatoriedade de renovação. O vereador Wagner perguntou se estão anexados nos emergenciais? O Secretário esclarece serem processos apartados, onde menciona a cópia do procedimento que ainda não foi concluído. O vereador Wagner esclarece esse ser mais um motivo para o executivo encaminhar para o legislativo, a cópia dos emergenciais para essa casa ficar resguardada. O Secretário de governo afirma já ter dado entrada na listagem e em alguns processos



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

antes do início da audiência e agora ser somente uma questão operacional para encaminhar os demais.

Solicita a palavra o vereador Anderson Medeiros, onde cumprimenta os presentes. O vereador pergunta ao Secretário sobre quais atitudes estão sendo tomadas para a vinda das empresas para a nossa cidade assim como a BRF, SBIT e tintas IQUINE. O mesmo diz que as empresas supracitadas não se instalarão mais em nossa cidade. Dando continuidade, o vereador pergunta quanto foi arrecadado com as licenças ambientais, questionando se as taxas foram para um caixa único da prefeitura e solicita esclarecimentos sobre onde estão as taxas? As compensações ambientais do setor de mineração foram depositadas na conta do fundo do meio ambiente ou em alguma outra conta? Onde o mesmo esclarece a informação já foi solicitada e esclarece que como Presidente da Comissão de Meio ambiente da câmara, declara ter direito e obrigação de acompanhar essas utilizações de recursos, lembrando que os recursos indo para algum outro tipo de destino que não seja o fundo acontecem o crime de improbidade. O vereador acrescenta que a resposta já foi solicitada, citando a questão do meio ambiente estar virando uma novela, pois já se entrou no sexto mês e o Secretário não foi nomeado. Solicita respostas sobre valores, fundo do meio ambiente e sobre a auditoria realizada na prefeitura, onde já foi solicitado, sendo o ofício reiterado, não se apresentando até a presente data o resultado da mesma. Acrescentou também a fala do Secretário ao dizer que gastou 34% da folha com funcionários, porém não pagou o décimo terceiro e o pagamento de dezembro; onde na presente data o vereador expôs visitar repartições públicas onde declara o funcionário ter ficado dois meses de salário atrasados na folha da prefeitura, onde disse terem recebido algumas respostas vazias, afirmando a câmara estar atenta as respostas, porém se tratar de respostas vazias que não atendem as necessidades. Com relação às taxas ambientais. Onde estão os recursos? O Secretário de governo esclareceu essa semana ter solicitado aos responsáveis pelo meio ambiente, inclusive em relação às solicitações de Vossas Excelências, cópias de todas as licenças que foram emitidas desde o início do governo, onde os processos administrativos serão encaminhados na integra a Vossas Excelências com relação as taxas, as mesmas são depositadas no fundo do meio ambiente. O Secretário de Fazenda esclarece serem todas as taxas depositadas nos seus devidos fundos, citando o fundo ambiental, Cejur e ordem pública. Todos se encontram devidamente separados. O vereador Anderson fala sobre as empresas que deram entrada em seus alvarás em janeiro e fevereiro. O vereador Agnaldo interrompe o mesmo perguntando aos representantes da prefeitura qual o nome da pessoa responsável pelo Meio Ambiente, se caso precisem tirar alguma dúvida, quem responde pelo Meio ambiente? O Secretário de governo responde ser o Prefeito Anabal; como prefeito e chefe do executivo, o mesmo que responde. O secretário justifica respeitosamente as Vossas Excelências existir um técnico de Meio Ambiente que está lhe dando respaldo em tudo que é pertinente ao Meio Ambiente, até porque o Secretário não domina, onde o mesmo deixa claro não se meter aonde não domina, afirmando existir um técnico que está respondendo pela pasta, o secretário de governo menciona não responder pela pasta, onde na falta do secretário é o prefeito que responde. O Secretário de governo se diz surpreendido pela postura de Vossa Excelência, onde o mesmo menciona o vereador poder discordar, mas é o fato! O Secretário de governo afirma para o Presidente ser o prefeito quem responde pela pasta pelo mesmo ser o chefe do executivo. O vereador Wagner pede ao presidente para não se desgastar, onde diz ter tanta coisa para o prefeito responder, o mesmo irá responder também pela secretaria de meio ambiente? Afirmando terem técnicos bons na Rural, exclamando o perigo de explosão do aterro



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

sanitário e questiona o prefeito assumir tal responsabilidade para ele? O vereador Wagner pergunta sobre o fato de a cooperativa ter encerrado dia 19 de maio. Como irão pagar os funcionários que trabalharam? E o mês anterior? O Subsecretário de Fazenda responde que irão responder pelos dias trabalhados. Posteriormente o Secretário de governo esclarece que houveram milhões de reais bloqueados da prefeitura em razão da cooperativa. O vereador questiona sobre as certidões de INSS e FGTS da cooperativa, as quais o mesmo afirma ainda não ter tido acesso. O Secretário de Governo esclarece ter retido no mês anterior 20% do imposto. O vereador Wagner parabeniza o Secretário por ter retido a contribuição. O mesmo solicita ao Secretário de governo dar conselhos ao prefeito para nomear o Secretário de Meio Ambiente para que o mesmo possa ser responsabilizado pelo meio ambiente do município e não ir a câmara tirar onda com a cara dos vereadores. O Secretário de governo esclarece jamais ter sido essa sua intenção. O vereador enfatiza novamente estarmos no sexto mês com um aterro sanitário em nosso município e não termos secretário de meio ambiente para responsabilizar, mencionando o fato ser incompetência do prefeito. Expondo ser a primeira vez que não tem um Secretário de meio ambiente no município, sendo obrigação do poder executivo fiscalizar a audiência pública, onde o Secretário não tem uma resposta cabível por até o sexto mês não ter secretário. O Secretário de governo pergunta ao vereador se o mesmo quer que seja dito mentira? Esclarecendo ter dado a resposta adequada e jamais desmerecer a Vossas Excelências; jamais destrataria por falta de decoro; jamais tomaria uma atitude contra o vereador ou sua pessoa, respeitando-o primeiro como homem, depois como político e homem de vida pública. Pedindo perdão caso alguém tenha se sentido ofendido por sua pessoa. O vereador Lucas pede a palavra, dizendo que gostaria de acrescentar nas palavras do vereador Wagner, o mesmo ter se sentido mal pela resposta ter sido dada com a maior naturalidade do mundo. Acrescentando serem 06 meses de governo, onde o Secretário de meio ambiente ser de extrema importância, mencionando o prefeito querer governar como governava há 12 anos, exclamando essa bagunça ter acabado! Onde a câmara com todo o respeito, não irá permitir até porque a lei mudou e muitas outras coisas mudaram. Afirmando a câmara não aceitar o prefeito responder pela Secretaria de Meio Ambiente e não aceitarem ele fazer o que quiser com dinheiro do Fundeb, onde a câmara irá fiscalizar e se posicionar e o prefeito terá que aprender a lidar com isso se quiser terminar o mandato de forma correta e coerente. O Presidente da casa pede desculpas ao secretário, dizendo isso ser uma piada, esclarecendo as empresas estarem fugido de Seropédica porque cancelaram as licenças ambientais, mencionando que viriam as empresas Perdigão e Sadia onde foram embora porque foram suspensas as licenças ambientais. O presidente questiona hoje não ter um Secretário de Meio Ambiente no município e o Exmo Sr. Prefeito que responde? Declarando o fato ser piada. O presidente pergunta quem está respondendo pelo lixo? Exclamando o mesmo daqui a pouco ser o prefeito também. O Secretário de governo responde que o lixo entra na Secretaria de Serviço público, onde esclarece existir um subsecretário interino respondendo pela pasta. O vereador Agnaldo questiona se quando quiserem saber sobre a Secretaria de meio ambiente terão de convocar o prefeito para responder? O vereador Wagner acrescenta a importância da Secretaria de meio ambiente onde teria que trazer o prefeito a plenária para responder perguntas pertinentes à pasta. O vereador diz admirar muito os representantes do executivo presente por segurarem uma "bomba" dessas! Diz admirar o Secretário de governo como secretário e técnico, desde que o mesmo tenha instrumentos na mão para trabalhar. O vereador menciona ter trazido a informação no mês anterior que tem 5.000 km de asfalto onde irá vencer a licença do aterro sanitário tendo que cumprir a compensação e até a



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

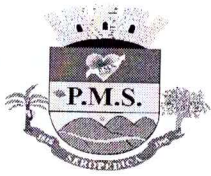
presente data o Sr. Prefeito não nomeou o Secretário de meio ambiente para ir no INEA no contrato cobrar. Ressaltando que todas as ruas estão com buracos, mencionando que 5.000 km de asfalto dariam para asfaltar os bairros Jardim Maracanã e Fazenda Caxias, onde Anabal seria o melhor prefeito que Seropédica já teve, acrescentando o mesmo não querer ser o melhor prefeito. Tendo tudo na mão para ser o melhor prefeito: uma câmara unida com o executivo para fazer uma boa gestão. Esclarecendo ter respeito pelos representantes do governo e deixando claro, os mesmos não terem instrumento para trabalharem. Ainda com a palavra, o vereador Wagner esclarece não ter sido encaminhado nenhum pedido de concessão de licença ao Conselho de Meio ambiente, nem para renovação e nem para avaliação até o presente momento. Expondo a câmara só terem sido encaminhados dois projetos de lei até o momento: a LDO que é obrigatório e outro que é o remanejamento, onde se juntou o Fundo de Previdência com os orçamentos da prefeitura, onde esclarece caso haja uma emergência imediata no mesmo, terá que desmembrá-los. O vereador parabeniza os representantes do legislativo; exclamando o governo ainda não ter acertado ainda aonde tem que colocar mais secretários, mais funcionários e dar mais transparência ao legislativo. Deixando claro ambos terem sido eleitos pelo povo e que os mesmos irão exercer suas funções ao legislativo.

O vereador Agnaldo cita ter chegado as suas mãos um requerimento em 05 de janeiro de 2017, questionando se há alguém prestando serviços de sepultamento? O Subsecretário de fazenda esclarece o contrato com a empresa Santa Sofia ter sido encerrado, não podendo esclarecer se a Assistência Social fez outro processo licitatório. O Subsecretário afirma não ter usado os serviços da empresa e não saber como estão sendo feitos os sepultamentos por não ser essa sua área. Ainda com a palavra, o vereador Agnaldo questiona o fato de só terem cinco secretários na cidade. Onde o prefeito quando não nomeia um secretário joga a responsabilidade para si. Citando o Subsecretário Nilo como exemplo por estar respondendo e ser um Subsecretário. O vereador sugere que o prefeito seja convocado para responder os questionamentos. O Secretário de governo afirma ter dito que quem responde pela pasta do meio ambiente é o chefe do executivo. Onde o Secretário esclarece serem estes da relação encaminhados os Secretários nomeados, onde existem vários subsecretários que respondem interinamente pela pasta. Afirmando não estarem na listagem esses secretários interinos. O porquê dessa forma? Foi à forma de como se foi decidido! O vereador Agnaldo esclarece que a Câmara entende que o prefeito esta com a incapacidade de gerir uma administração municipal. O Secretário de governo esclarece a listagem não corresponder com a realidade estando à maioria das secretarias e seus subs respondendo interinamente. O vereador Wagner questiona ao Secretário ter respondido o requerimento com a pergunta que se alguém morrer na cidade, como se faz para ter atenção da Secretaria de Assistência Social? O Secretário esclarece quem responder por essa questão ser hoje a Secretária Municipal de Assistência Social Fernanda Mofati. Onde no documento exposto o secretário esclarece ter feito um documento de encaminhamento, sendo o questionamento encaminhado para a Secretaria de Assistência Social, onde a referida secretaria respondeu por ofício, sendo este anexado ao ofício encaminhado a câmara pela Secretaria de governo. O vereador Agnaldo coloca em pauta o fato de já estarmos indo para junho e a empresa que prestou contrato, não tinha contrato. Onde vemos a prefeitura fazer serviço sem ter tido licitação, onde o mesmo questiona sobre o que está acontecendo? Como enterraram o pessoal durante esses meses, se a empresa que tinha contrato não está sendo utilizado. Como estão enterrando o pessoal? Mágica? Onde o vereador esclarece ser esse outro assunto, retomando a



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

pauta da audiência que é a questão financeira. O Vereador Anderson pergunta sobre as questões ambientais. Se foi concedida alguma licença ambiental nesse período de 6 meses, onde temos secretários interinos e uma pasta que não tem secretários. Perguntando ao Subsecretário Nilo, se o mesmo é interino também? O Subsecretário responde ser Subsecretário de Fazenda interino. O vereador questiona ao subsecretário se o mesmo há de convir que 06 meses seja muito tempo para estar brincando com a administração pública. Questionando se houve algum licenciamento ambiental nesse período, se sim, quem assinou por tal? O Secretário de governo responde ter sido feito e que será encaminhado a câmara todos os processos administrativos que geraram essas licenças. O vereador Agnaldo questiona o Secretário ter dito que durante 06 meses não teve nenhuma licença. Como foram concedidas essas licenças se não passaram pelo conselho. Se o regimento interno; a lei orgânica diz ter que passar pelo conselho do meio ambiente? O vereador Anderson menciona o executivo não ter enviado uma pauta de liberação. O Secretário de governo esclarece que a questão mencionada pelo presidente que foram revogadas licenças de empresas, onde na esclareceu que baixou-se um decreto onde foram revogadas todas as licenças concedidas pelo período superior a um ano, declarando terem sido detectadas licenças que foram dadas por prazo maior do que 10 anos e ficou-se entendido que tal procedimento não teria sido adequado. O Vereador Agnaldo esclareceu ser 1 ano ser o prazo para licença de mineração. Sendo pelo INEA a concessão de 1 a 5 anos. O secretário sugeriu que analisassem posteriormente. O vereador Agnaldo solicitou que dentro da receita fosse aberto a câmara o ISS, o ITR e todas as taxas e impostos. Lembrando que a regularização quando a pessoa quer trabalhar e pagar seu ISS, querendo se regularizar e a prefeitura de alguma forma começa a atrapalhar a câmara não vai entender. Exemplificando a pessoa ter uma licença de taxi, onde não é porque entrou outro prefeito que vai haver problema. Exemplificando também, o fato de o mesmo ser comerciante tendo solicitado uma renovação de alvará onde até agora a mesma não foi concedida. Esclarecendo o fato atrapalhar na receita do município. Por este motivo fez-se a solicitação acima para acompanhamento ao logo dos meses e ao final do ano. Com a palavra o Presidente da casa que esclarece ao secretário suas perguntas não serem pessoais. Afirmando o vereador ser a pessoa mais cobrada, realizando outro questionamento: As vans que fazem o trajeto centro para o km 47, também estão suspensas as licenças? Esclarecendo já o terem procurado dizendo as licenças mencionadas estarem suspensas. Onde os mesmos querem trabalhar pagando seus impostos; perguntando ao Secretário de governo se o mesmo tem conhecimento do fato? O Secretário afirma não ter conhecimento. O vereador Agnaldo esclarece que as pessoas querem se legalizar e querem pagar o ISS. Colocando ter que haver cuidado para não gerar uma renúncia de receita, onde não podemos deixar de receber os tributos que cobrem o município. O Secretário e o subsecretário afirmam desconhecerem o fato em questionamento. O presidente informa ao Secretário que irá procurar a pessoa que o trouxe o fato a seu conhecimento e informar que levou o fato ao secretário, onde o mesmo afirmou não saber sobre o assunto. O Secretário de governo afirma não existir nenhuma determinação que suspenda nada, até mesmo porque não poderia. Onde o Secretário afirma que as cooperativas de van o procuraram, onde foram solicitados alvarás e foram prontamente atendidos. Abrindo-se um processo administrativo, pagou-se as taxas e o alvará esta sendo concedido naturalmente. O mesmo afirma novamente desconhecer qualquer assunto dessa forma, esclarecendo que caso tenha ocorrido, não houve nenhum ato do executivo determinando o cancelamento. O Secretário esclarece que só



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

poderia existir de fato, se baixasse algum decreto, na inexistência do decreto, o mesmo desconhece o fato mencionado.

O vereador Agnaldo diz ter feito um requerimento na data anterior sobre o carnaval, o dia das mães, festa do trabalhador. Questionando se foi gasto alguma coisa do município? O Secretário de governo afirma não ter tido nenhum gasto e sim entrada de receita a medida que foram pagas as taxas para poder viabilizar as barracas. O vereador Agnaldo questiona se Elimar Santos veio cantar de graça? O Secretário diz não ser a pasta dele que responde, mas não houve por parte da secretaria responsável nenhum gasto.

O vereador Anderson questiona sobre está prestando serviço de abastecimento de combustível para as viaturas da prefeitura? O secretário de governo afirma existir um contrato em vigor, inclusive o mesmo esta sendo dado continuidade do governo passado no posto rural. O vereador pergunta se o mesmo tem valores aproximados. Sendo exposto pelo Secretário a gasolina estar em R\$ 4,19, onde foi conversado com o responsável pelo posto e equacionado a R\$ 4,09, com desconto de R\$ 0,10 centavos por litro. Onde foi solicitada a redução de valores e a readequação. O vereador Agnaldo questiona se desde o início do ano está se abastecendo no posto todas as viaturas? O secretário afirma que sim, pois em outro posto não tem como pagar. O secretário esclarece a audiência ser pública e se os vereadores estiverem satisfeitos com tudo o que foi dito, podemos abrir aos munícipes para participação. O Presidente da Câmara José Celso agradece a presença de todos.

Como representante da população, a primeira a fazer uso da palavra foi a munícipe e ex vereadora Sra. Maria José, a qual se apresentou e cumprimentou todos os presentes. Parabenizando ao prefeito pela realização dessa audiência pública, afirmando todas as perguntas serem pertinentes, sendo uma luta árdua pela transparência das contas públicas já de longo tempo, sendo uma luta que não desistiremos fácil. A munícipe solicita um possível esclarecimento de 02 temas que não foram tratados e acredita ser também de interesse a questão orçamentária. Sobre a divisa do município, onde o conselho da cidade realizou uma audiência pública no ano de 2015 ou 2016 para tratar sobre as questões das divisas; onde na época se fez presente um procurador municipal, onde prometeu enviar um documento que inclusive não chegaram a se concretizar. Atualmente permanece a dúvida: Como está a questão da divisa de Seropédica? Assunto que pode dizer respeito à comissão da câmara que tem uma comissão específica para o tema. Ficam para os dois setores da câmara e os senhores secretários. E a outra pergunta é uma questão que tem sido trazido ao conselho da cidade, sobre a casa de cultura que no governo anterior não chegou oficialmente mas foi ocupado pela secretaria de cultura municipal como tendo sido uma cessão do espaço por tempo determinado pela prefeitura. A mesma solicitou esclarecimentos dos Secretários ou até mesmo da câmara sobre como está o espaço da fazenda do Marum em relação a prefeitura? O Subsecretário de fazenda esclarece não ser a pessoa autorizada para responder sobre a divisa, sendo objeto de conhecimento da procuradoria. Porém, o que chega ao seu conhecimento é que existia uma decisão a favor do nosso Município e que o prefeito de Itaguaí recorreu. O mesmo exclama acreditar ainda estar sob júdice e todo o depósito estar sendo feito judicialmente, onde deve estar em torno de R\$ 13.000.000 a 14.000.000 milhões, sendo essas as informações de seu conhecimento. O vereador Agnaldo esclarece como o presidente da comissão de assuntos territoriais, o mesmo irá esclarecer a nobre vereadora Maria José declarando-a ter sido uma parlamentar de excelência nessa casa, inclusive promovendo vários debates junto à sociedade, sendo um prazer muito grande recebê-la. Esclarecendo o seguinte: Desde o ano passado existe uma batalha jurídica onde o município perdeu



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

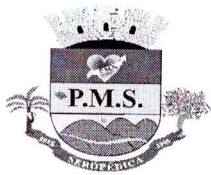
aquela área que contempla a Ciclus, recorreremos em última instância onde tem um processo de embargo da prefeitura de Itaguaí que está em Brasília. Inclusive já mandamos requerimento, um dos questionamentos foram em relação à prefeitura, sobre como está sendo tratada essa polêmica judicial que hoje existe uma fortuna depositada em relação à divisa onde o dinheiro dos impostos da Ciclus vão para uma conta judicial. Sendo esse um esforço onde a câmara e a prefeitura tem que fazer de mãos dadas para não perder isso de jeito nenhum. Sendo a maior luta da história de Seropédica contra o lixão, onde perdemos essa batalha, de uma noite para o dia foi mudada uma lei dentro da casa, lei que em hipótese nenhuma poderia receber qualquer tipo de empresa ou de estrutura que danificasse o aquífero de Piranema, as águas subterrâneas da cidade de Seropédica e essa lei foi revogada na madrugada e instalamos o lixão aqui. Relatando ser um absurdo a gente perder a receita e as compensações do lixão para Itaguaí. A munícipe pergunta sobre a Fazenda do Marum? O Secretário de governo esclarece que o governo passado no dia 30 de dezembro ou 29, suspendeu todos os contratos de locação do município, e à medida que foi havendo interesse da municipalidade, foi havendo a procura dos proprietários e fazendo um novo contrato. Sendo o casarão um contrato que a atual administração entendeu que não deveria fazer-lo. O vereador Agnaldo, relata ao Secretário sobre ter havido uma compensação em uma negociação que foi feita naquela área, esclarecendo não ter muito conhecimento sobre a questão. Solicitando ao secretário que seja levantado o processo que faz referência para esclarecer ser uma compensação ou um comodato. O Secretário de governo afirma que o imóvel em questão pagava-se aluguel e esclareceu o mesmo não ser barato.

Com a palavra o munícipe Camilo, o qual cumprimenta todos os presentes e diz costumar louvar a democracia que está acontecendo hoje. Onde o mesmo acrescenta que a primeira coisa a ser feita em uma audiência pública são as apresentações. Sendo este se apresentado como Davi Camilo, morador há 59 anos na cidade, tendo 3 filhos, sendo servidor público do Instituto Médico Legal. Solicitando que o vereador Agnaldo se apresente e responda quem paga o salário o dos outros 09 vereadores dessa casa. O vereador responde sem dúvida, o salário de todos aqui é pago pelo povo. Sr. Camilo esclarece que se é pago pelo povo, todos os secretários são empregados do povo, inclusive o prefeito. Solicitando os secretários que se apresentassem progressivamente. Esclarecendo o mesmo ser esta a 48ª audiência pública que o mesmo participa, sendo a 6ª no município. Mencionando ter participado em Barra Mansa e na cidade do Rio de Janeiro. Solicitando permissão para fazer uma solicitação sobre a presente audiência. Quanto às apresentações, o Secretário de governo esclarece que os mesmos já se apresentaram juntamente com os vereadores no início da audiência, porém para atender a solicitação do munícipe os representantes do governo se apresentaram. Sr. Camilo exclama estarem faltando muitos Secretários na presente audiência, sendo o secretário de governo colocado na parede, onde o menciona que deveriam estar presentes o prefeito, o qual deveria responder pela Secretaria de Meio Ambiente, não como secretário, mas respondendo pela pasta. Deveria estar a Secretária de Educação, onde tem R\$ 91.000.000 para esse ano na Secretaria de Educação com o orçamento votado no ano passado por esta câmara. Deveria estar o Secretário de Suprimento, porque tudo passa pela Secretaria de Suprimento. Questionando porque os outros secretários não se encontram presentes? Mencionando que o artigo 74 da lei orgânica do município o qual diz que: No primeiro bimestre, o prefeito terá que prestar contas. Ele tem um prazo até 15-03 para prestar contas do orçamento. Todo o gasto da prefeitura tem que ser fracionado. Porque o prefeito manda uma resposta para a câmara sem fracionamento. Tem que



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

informar quanto se gasta com cada criança na escola, quanto se gastou com o Fundeb. O munícipe cita a multa remetida ao prefeito Darcy dos Anjos no valor de R\$ 180.000,00 por ter comprado coxa de frango e R\$ 152.000,00 em toneladas de carne moída. O mesmo se refere à Secretaria de governo penso para mim, ser a Secretaria mais política da gestão municipal e às vezes fica impossibilitado de responder alguns questionamentos, por este motivo, a Secretaria Sônia deveria estar presente. O mesmo afirma o executivo não ter respondido nada, porque o prefeito deveria estar sentado aqui, mencionando o mesmo não ter capacidade para isso e nem administrativa para responder os questionamentos dos vereadores, onde os mesmos poderiam fazer questionamento para o prefeito e ele não responder. Porque? Está trabalhando com nosso dinheiro. Exclama o dinheiro ser nosso e querer a presença de todos os secretários. No momento que pede contrato, o mesmo deverá ser fracionado; citando haver a tabela na Transparência Brasil, onde existe uma tabela do Tribunal de Contas do Estado, em que são visualizados os contratos, citando ser a tabela do tribunal de contas mais cara e a do Tribunal de contas de Minas Gerais, ser mais barata. Mencionando posteriormente o artigo 74 da lei orgânica onde diz que no primeiro bimestre o prefeito deverá fazer a prestação da câmara até 15-03, mencionando já estarmos no dia 30-05 e não ter respondido, já cometendo infração administrativa. Artigo 253 do Regimento da câmara diz que a não resposta do prefeito, a câmara municipal no prazo de 30 dias, ele cometeu uma infração política administrativa que dá a cassação do prefeito. O mesmo solicita que a Audiência pública seja anulada e enviada para o Tribunal de Justiça e Ministério Público. Solicitando que seja convocada outra audiência pública com a presença de todos os Secretários, sendo este o pedido que o mesmo havia mencionado no início de sua fala. Não vindo, não fizeram a prestação de contas do primeiro bimestre, mencionando que a medida disso: o afastamento imediato. Citando o artigo 224 do código eleitoral pela lei 4737 de 15 de julho de 1965 que criou o código eleitoral, que diz o seguinte: havendo anulação de maioria absoluta de 51% dos votos, convoca-se novas eleições, então convoca-se as eleições e tira a incompetência, citando ter aí subs, deve ter flamenguistas, vascaínos. O presidente da câmara assumiria para de 20 a 40 dias, já convocar o TRE a ter novas eleições. Por tudo que está acontecendo, o munícipe, diz que gostaria que a audiência pública fosse anulada, referindo-se a Secretaria de Governo estar respondendo muitos questionamentos que não são da sua alçada. Esclarecendo sobre a Secretaria supramencionada não estar respondendo muitas coisas na referida audiência, por correr o risco de ser penalizado. Solicita a anulação da audiência pública porque o Prefeito como empregado número um tem que estar presente. O Secretário de governo esclarece ao munícipe a audiência pública ter sido marcada pela prefeitura e não pela câmara, sendo esta para atender o primeiro quadrimestre e cumprindo a lei de responsabilidade fiscal (LRF), e a mesma virou um debate. Sendo que a audiência seria específica para fazer a avaliação, se as metas foram cumpridas ou não e os debates seriam todos para ficar nessa esfera. Esclarecendo que a audiência foi marcada pela própria prefeitura e havendo a pessoa que iria presidir, por este motivo o prefeito não se fez presente. Ainda com a palavra, Sr. Camilo que cita novamente o artigo 74 da lei orgânica do município. O vereador Hugo esclarece sobre o pedido de anulação, reproduzindo a fala do Secretário por ser uma Audiência pública feita pela prefeitura, por este motivo a mesma não poder ser anulada como o munícipe solicita, citando também o fato de terem fugido um pouco do tema e terem mais pessoas para falar. Esclarecendo não terem poder, o que se pode fazer na verdade é que seja uma gravação para o tribunal de contas, para as instituições, por ser um ato público. Onde esclarecer ser o executivo dando o rito e não o legislativo, onde o mesmo não têm esse poder, podendo somente



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

estar ouvindo e fazendo as perguntas sobre a saúde financeira da cidade. Solicitando que o município continue dentro do contexto do financeiro.

O vereador Agnaldo pede a palavra deixando bem claro que a audiência pública é regida pelo poder municipal, porém sua competência de município é requerer as gravações, as atas e o posicionamento que o Senhor irá tomar judicialmente é uma coisa pessoal. Esclarecendo que ninguém está o tolindo, solicitando que o mesmo faça questionamentos dentro do tema abordado na audiência pública. O município Sr. Camilo agradece citando o artigo 1º da Constituição federal que diz: todo poder manda o povo para o povo. Nós somos parte do povo! Mencionando ter solicitado a gravação da sessão na presente data ao Presidente da câmara e já ter protocolado o ofício. Com base nisso, o Sr. Camilo esclareceu estar entrando no Tribunal de Justiça e pedindo improbidade administrativa dos Secretários que não estiveram na presente audiência. Porque se falou em educação, em meio ambiente, onde mesmo faz menção ao maior lençol freático da América que está localizado em nosso município. Não tem um Secretário de meio ambiente, enterra as pessoas, quantas coisas ficaram sem respostas aqui? Onde menciona para ele não ser validado. Irá apresentar sua denúncia junto ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça. Pela lei orgânica, o executivo terá até o 1º bimestre para apresentar as contas da prefeitura e não apresentou. Mencionando o Sr. Secretário ter falado a duas semanas atrás que sexta -feira estarão todos os ofícios ai! Perguntando ao Senhor presidente se já vieram todos os ofícios para cá? Mencionando que irá pedir a cassação do prefeito que lá atrás, inclusive por negligenciar o legislativo, ele não atendeu. O decreto lei 201-67 dis que: a não resposta do executivo ao legislativo a um prazo de 30 dias: Cassação do prefeito, convocando novas eleições. Está pedindo à anulação na justiça até que o prefeito compareça, participando! Essa audiência pública fica inválida, não pela câmara, mas pela justiça. O que acontece aqui essa audiência será anulada! Pelos secretários que não compareceram. Quanto os secretários que não se pronunciaram aqui se falaram alguma coisa que não é de sua alçada deles, os mesmos serão penalizados. Deixando claro que o povo tem que se manifestar. Porque não podemos inverter valores, essa câmara sabe, são pessoas decentes, pessoas do bem, são seus amigos, quem manda somos nós! Podemos nomear os vereadores a cada 4 anos. Eles não podem nunca arrancar nosso título enquanto a gente viver! Eles estão aqui fazendo o trabalho deles na audiência! Exclamando ser incompetência do prefeito não ter nomeado secretários até hoje! Ele teve 3 meses! Ganhou a eleição 2 de outubro e assumiu 1 de janeiro. Dizendo até seus netos estarem assumindo essa cidade melhor! Exclamando não ter nada contra os representantes e ser incompetência do prefeito. Sr Camilo menciona ser engenheiro metalúrgico e trabalha cortando cadáver. O que tem haver isso? É o trabalho! Agora se tem pessoas incompetentes lá! Eu trabalho porque sou competente! Citando ser engenheiro, onde exerceu a função da CSN, trabalhou por 19 anos. Exclamando não ter tido competência para passar em um concurso público! O prefeito está negligenciando! Essa câmara irá pedir a cassação do prefeito aqui dentro e eu tenho certeza que esses dez vereadores que representam o povo, irão cassar esse prefeito e convocar novas eleições. Exclamando ao Secretário de governo. Solicita a anulação da audiência por estarem faltando secretários de outras pastas. Sendo essa audiência para dar satisfação a população que paga o salário de vocês! Porque eu adoro exercer minha cidadania. Esclarecendo cumprir seus direitos e deveres, onde todo mundo tem que cumprir. O município finaliza, agradecendo!

Com a palavra Roseli do Sepe, que cumprimenta os presentes. Onde a mesma fará perguntas no tema da Audiência Pública. Apresentando-se aos presentes como representante do Sepe,



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

representando quase 2 mil servidores da educação que neste momento estão trabalhando e não podem estar presentes! A mesma se dirige ao Controlador Adjunto com a pergunta: A LRF fala em 54% do orçamento ser com gasto de pessoal. Esses 54% são por pasta ou de todo orçamento? O Controlador Adjunto Fernando esclarece os 54% é todo o gasto de pessoal do município, envolve todas as pastas. Inclusive até mesmo qualquer alteração na lei de gratificação ou no PCCS, de qualquer faixa de funcionários do município, tendo que ser levado em conta esse índice, esse percentual! Então qualquer alteração afeta o índice de pessoal. Esclarecendo ser essa uma questão importante que foi levantada e que não falamos aqui. Enquanto o índice estiver alto, em 58% e não baixar para 54%, o município não pode fazer alteração, aumentar nenhum tipo de despesa relacionada à área de pessoal. Então, até esse índice baixar no próximo quadrimestre, vai precisar gerir isso com bastante critério. A representante do SEPE Roseli pergunta aos Senhores Secretários se os mesmos tem ciência da resposta que a prefeitura através do Procurador do município deu a justiça na questão da ação da ACP sobre o Plano de Cargos e Salários da educação. OS Senhores têm conhecimento? Porque os Senhores falaram aqui do gasto com pessoal que está em 58%, acima dos limites de 54% em todos o orçamento da Prefeitura nos 11 meses anteriores, somando o mês atual. Outras vezes deve ter sido falado sobre impacto orçamentário que não tinha sido feito e por isso a lei não foi implementada no ano passado e nem esse ano. Só que a prefeitura atualmente deu uma outra resposta para o representante do Ministério Público e para o Juiz. E os Senhores também colocaram aqui que não pode fazer mais um aumento, ajuste, reajuste anual que vem ai e os servidores tem. Apesar de a prefeitura ter superávit. Está devendo os funcionários da educação quase 4 milhões e está terminando o quadrimestre com um superávit de quase 40 milhões. Como termina o quadrimestre com um Superavit? Porque se tem empenho, mas o empenho não é liquidação. O empenho pode que ser cancelado. O Subsecretário de Fazenda responde que se cancelar o tribunal penaliza. A representante do Sepe diz que a resposta oficial da prefeitura que irá sentar e conversar sobre a lei, em momento nenhum, a resposta da prefeitura ao juiz é de que vai pagar os PCCs porque não tem dinheiro, ao contrário disso, a prefeitura informa que para pagar a folha atual da educação sem contemplar os demais itens dos PCCs precisamos de R\$ 56.159.000,00 considerando a previsão orçamentária, o orçamento da educação é de R\$ 91.703.000,00. Então aqui a prefeitura mandou uma resposta que em conformidade com a LRF, só podemos utilizar 54% para a folha de pagamento. Eles estão utilizando aqui 54% do orçamento da educação e não de todo o município, e falam que equivale 54% a R\$ 49.000.000,00 que é referente ao orçamento da educação, em seguida fala-se que a resposta da prefeitura é que para concluir e honrar com o pagamento é preciso remanejar o orçamento e a câmara municipal reduzir para 1% a flexibilidade a flexibilidade. Assim sendo, se a câmara não recuar com o artigo 8 da lei 628-2016, mesmo com todas as ferramentas de gestão para economizar e a prefeitura fala em economizar no intuito de contemplar o plano, a atual gestão não obterá sucesso orçamentário, mesmo havendo condições financeiras que foi o que os senhores mostraram aqui no Superavit. Então é o gasto com pessoal que está elevado ou é preciso remanejamento da câmara para se fazer os PCCs? O Secretário de governo pede a palavra afirmando que a prefeitura assim como mencionado anteriormente pelo procurador geral, tem interesse em fazer os PCCS. Onde o Secretario cita a sessão a qual o mesmo havia participado no qual menciona ao vereador Professor Lucas que prefeitura tem sim interesse em fazer o plano, afirmando ter mencionado que dá forma como está, não saberá se irá acontecer. Acreditando que o mesmo para ser colocado em prática, tenha que se fazerem algumas adequações, sendo esse um



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

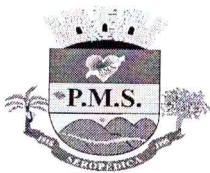
posicionamento do Secretário. Esclarecendo ser a Procuradoria Geral juntamente com a Secretária de fazenda que irão que irão averiguar o impacto financeiro e decidir ser viável ou não. Como técnico o Secretário opina pelas suas adequações. Sr. Roseli exclama que foi essa a resposta que veio buscar, porque se foi oficialmente para a justiça que com o orçamento que está não dá para pagar. Porque se teve um saldo positivo de R\$ 40.000.000,00 e se vocês precisam usar isso, se toca no assunto, mas não se toca a fundo. É necessário remanejar o orçamento, é necessário que a justiça peça o remanejamento? Mencionando o legislativo ser um órgão independente, tendo visão do que pode ou não fazer. Porém a prefeitura encaminha para a câmara um projeto de remanejamento. Concluindo ter dados apresentados aqui que a folha chega a 58% , o procurador responde oficialmente a justiça que pretende pagar sim, mas como está acima do limite, precisa de remanejamento do orçamento porque está em 1% e cita que a câmara precisa recuar e fazer o remanejamento e no final cita até que a atual gestão não obterá sucesso. Com a palavra o vereador Agnaldo Luiz citando a câmara já ter lido e relido o orçamento R\$ 91.000.000,00 para a educação. Quando o governo o porque e para que precisa de 30% de remanejamento do orçamento que chega a quase R\$ 90.000.000,00. Quando o governo mandar que necessite do dinheiro para pagar x funcionários. A câmara irá fazer o remanejamento da melhor forma possível, esclarecendo precisar somente de transparência para saber onde esse cheque em branco será implementado; sendo que as receitas correntes estão dentro do orçamento que foi votado, aprovado e gerido na gestão passada. Mencionando também o superávit, citando que era para fechar as contas com um superávit que não está dentro do orçamento. Esclarecendo ao Subsecretário de Fazenda, estarem prontos para atenderem no que for preciso e que seja enviado o que será feito com o dinheiro, com o que será gasto! Expondo até hoje não ter sido feita uma licitação, somente processos emergenciais. Questionando como irá liberar o dinheiro se nem o dinheiro que foi implementado para ser gasto no orçamento de cada secretaria foi gasto. Mencionando ter secretaria que ainda não tem gestor para funcionar. Esclarece estarem prontos para atenderem. Se o Ministério público e o Tribunal de Contas questionarem, a câmara irá responder. Irão pegar o orçamento vigente e explicar, porem não tem como dar o dinheiro sem saber onde será gasto. Sendo que se tem um orçamento previsto para aquilo. Solicitando que seja enviado analiticamente, detalhado para darmos o remanejamento que for preciso. Esclareceu querer ajudar o governo sendo cético e pragmático para amanhã não colher o fruto de sua omissão. Exclamando não poder fechar os olhos, por que primeiramente será cobrado pelo seu eleitor e posteriormente pela justiça, Ministério Público e órgãos competentes. Mencionando que o governo e a casa legislativa têm que ter uma relação de respeito. Onde o mesmo cita não ter sido contratado e sim eleito, sendo seu prazo de validade até outubro de 2020. Dizer ficar triste com essa história de colocar faixa no Posto de saúde de que não tem remédio porque os vereadores não deram remanejamento. Esclarecendo o Secretário não estar acostumado com fofocas e infelizmente as coisas funcionam assim: o cara não tem nada para despachar com o prefeito, mas ele senta para fazer uma fofoca. Mencionando o vereador não estar na feira falando do lixo, porém o mesmo é cobrado pelos barraqueiros. Exclamando não ser prefeito, pois no dia em que for não haverá uma sacola de lixo na porta da barraca. Mencionando não ser prefeito, não ter essa competência. Solicitando que seja registrado quer a câmara está pronta para atender o governo enquanto o mesmo precisar. Dez milhões, vinte ou trinta, o que estão pedindo, mencionando o mesmo achar um absurdo, porém esclarece que é só enviar o que foi gasto. Dizendo estar pronto para atender. Expondo o prefeito ter enviado o orçamento de janeiro com 20.000.000,00, fevereiro



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

com 19.000.000,00, março com 18.000.000,00. E então as receitas estão caindo? Estamos trabalhando com uma folha de 34%. Não começamos com o tapa buracos e reformas grandes e não fizemos nenhuma infra-estrutura e não fizemos nenhuma contratação de médicos e enfermeiros. Então o mesmo exclama ter dinheiro e só poder liberar se provar com o que gastou o dinheiro. Solicita que seja enviado detalhado! Menciona ser cobrado pelos vizinhos e ter que prestar esclarecimento aos mesmos. Solicitando que a mesma transmita a mensagem que querem ajudar os professores aprovando os pccs, encaminhando a mensagem ao Sepe através da pessoa da representante Roseli. Roseli questiona ao Sr. Nilo ter mencionado ter o financeiro para pagar? Afirmando Roseli que financeiro tem, por que tem superávit. Concluindo ser algo contraditório. Exclamando ser somente para deixar registrado na audiência, que não se pode ouvir falar tanto em educação. Falou-se em mínimo de 60% e segundo os dados apresentados Jam está se utilizando 69%, só de Fundeb com o magistério. Questionando se esses 69% pagou a folha de dezembro, porque o fundeb não pode ser usado retroativo. O Subsecretário Nilo questiona a mesma se sabe quanto tinha de saldo em dezembro para pagar a folha do fundeb? Onde o mesmo esclarece terem deixado R\$ 200 mil para pagarem uma folha de R\$ 2 milhões. Esclarecendo terem feito duas folhas no mês de janeiro. A representante do Sepe diz ter os dados de R\$ 6 milhões e pouco que foram pagos em duas folhas. Questionando ter sido prestada uma informação na justiça de que irão fazer tudo direito para pagar o plano e ser dada outra informação na audiência pública, de que não tem dinheiro, que a folha está em 58% contando os meses anteriores. A mesma solicita respostas oficiais? O Secretário de governo esclarece serem respostas distintas. Onde o parecer do procurador ser do procurador. Esclarecendo não saber quem funcionou nesse processo para falar. O que falou de 58% são uma coisa e os Pccs são outra e os limites da LRF são outra. O vereador Agnaldo diz que o que o preocupa, esclarecendo não ter tido acesso a resposta, onde a mesma foi direcionada a justiça. Solicitando que até mesmo para resguardar a câmara que seja identificado o jurista que recebeu para enviar ao mesmo a contraponto dos seus questionamentos. Por ser preocupante jogar essa responsabilidade para a câmara. A representante do Sepe finaliza, agradecendo.

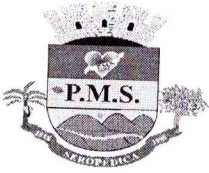
Com a palavra Sr. José Azevedo trazendo a reivindicação dos moradores do Jardim Maracanã, apresentando-se como presidente da Associação. Solicitando que acompanhasse com carinho e não querendo um tratamento diferenciado para a sua comunidade. Buscando juntamente com os representantes do poder executivo e legislativo que olhassem as comunidades que se encontram mais distantes do centro e que estavam totalmente abandonadas. Agradecendo a melhoria que foi feito no posto. Seu questionamento é a respeito da verba carimbada como emenda parlamentar que veio a construção do posto do Jardim Maracanã que tem um laudo da Defesa Civil condenando o Posto e tem um ofício de acompanhamento pelo Ministério Público dando um prazo para começar a obra. A pergunta é: Se tem uma emenda de R\$ 400 mil que já está perdendo o prazo. Será que vamos perder o prazo? A promessa da gestão passada foi que a obra iria começar em março do ano passado. Sendo feito uma melhoria no posto com a ajuda de moradores e comerciantes. E a verba que veio para construir o posto? Colocando também ser membro do conselho de saúde e presidente do conselho de saúde, onde são muito cobrados e estar preocupado por ter também a UBS do km 40 e não saber se foi tudo repassado, mencionando ser R\$ 1 milhão. O mesmo diz ter iniciado a obra e estar parada. Mencionando estar preocupado com a comunidade ter que gastar R\$ 16,00 reais de passagem para uma consulta, dizendo estar engavetado na procuradoria um projeto para liberar 3 linhas de ônibus ou ao menos uma para que o morador não tenha que pagar R\$ 16,00



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

reais ou mais, porque tem que levar um acompanhante lá no km 40. A pergunta é: Essa emenda que está, não vai perder? Este dinheiro está sendo remanejado? Já que não pode por ser uma emenda carimbada. Vai ser feito? Vai conseguir remanejar esse dinheiro? O dinheiro está incluído nesse montante que diz que já foi tudo para o mesmo fundo? O Subsecretário de Fazenda esclarece ser o Secretário de Saúde o qual teria que responder tais questionamentos por não ter conhecimento do fato. Porém, sua resposta é: Se o recurso chegou, está alocado em uma conta esclarecendo não ir nada para o fundo. Se o montante chegou, está guardado na conta correspondente, aguardando processo licitatório. Esclarecendo ser crime o desvio de dinheiro de um lugar para o outro. O Secretário de governo esclarece ter sido feita a contratação de uma pessoa na prefeitura tão somente para ver os convênios e recursos de emendas, ficando responsável em manter o sistema atualizado para que nenhum seja perdido em razão de documentos. Mencionando não saber dizer sobre esse recurso específico, porém diz ter várias emendas aguardando sua finalidade, mas se já foi encaminhado, está lá como o Subsecretário de Fazenda mencionou. O munícipe esclarece ao Secretário de fazenda, não ter dito desviar, e sim remanejar. O Subsecretário de Fazenda de explica estar falando de remanejamento orçamentário e ser furto remanejamento financeiro. Ex: Tira da saúde e passar para a educação, classificou como furto. Esclarecendo se o recurso estiver chegado, está alocado na conta bancária. Não saindo dali de forma alguma, a não ser que não licitem e o devolva. Agora tirar ele para colocar em outro lugar, garantido como não! Sr. José afirma que o dinheiro está em conta. O vereador Agnaldo pergunta se o mesmo está falando de uma emenda que vem sendo trabalhada antes dessa gestão e que uma parte ia para o posto do 40. Explicando ser uma emenda de R\$ 1.800.000.000 do Deputado Volney Rocha, o qual foi o vereador Agnaldo que trouxe. O dinheiro entrou nas contas da prefeitura, era para fazer o posto de saúde do km 40, onde a administração fatiou essa emenda. Sendo esta para reformar o Posto do Jardim Maracanã, Km 40 e mais dois postos de saúde. Caso seja essa a emenda em questão, que certamente já fora licitado devendo ter sido utilizado, feito alguma coisa na gestão passada. Mencionando que várias emendas de R\$ 400.000 caíram no final do ano, sendo essas licitadas agora. São duas situações diferentes até mesmo para o Secretário poder levantar.

Com a palavra o presidente dos sindicatos dos servidores públicos do município, Sr. Cleby Florentino de Souza. Esclarecendo querer fazer um apelo que talvez não seja relacionada à pauta, mas o mesmo como funcionário e por vivenciar o sofrimento da categoria, onde já está indo para o sexto mês da atual administração e os funcionários estão sem refeição. Onde os funcionários da Secretaria de Serviço Públicos, muitas das vezes vão para a casa e tem que almoçar e retornar para o setor. Mencionando a média salarial de a categoria ser de R\$ 900,00 reais, onde muitas das vezes gastam 4 conduções. Expressando entender que todo início e final de governo são complicados para a administração. Colocando a alimentação ser uma coisa básica para o ser humano e esclarecendo ao ter feito o concurso público, constar no edital ter refeição no local de trabalho. Questionando onde está o respeito pelos funcionários? Muitos são obrigados pelos encarregados a voltarem a trabalhar para não terem seu ponto cortado. Esclarecendo estar representando uma categoria, por este motivo não ter anseio em falar. Fazendo um apelo aos vereadores para investigarem que tem pessoas gastando parte dos seus salários para irem para casa almoçar e voltarem para o trabalho. Expondo as condições de trabalho dos funcionários serem péssimas! Mencionando ter visto um funcionário catando lixo sem luva e bota onde o mesmo quase caiu do caminhão. O Subsecretário Nilo pergunta se trata-se de um funcionário da empresa? O Servidor Cleby afirma ser da Prefeitura.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

O vereador Agnaldo pede a palavra direcionada ao Secretário de fazenda sobre as dificuldades dos vereadores. Exemplificando o desabafo do funcionário Cleby, como um funcionário de carreira expõe não ter luvas, botas, comida e ganhar em torno de R\$ 800,00 reais, além de ter q ir e voltar. Mencionando como ter coragem de dar 30% de remanejamento, quase R\$ 100.000.000 (cem milhões), esclarecendo não se tratar de política. Sendo uma responsabilidade muito grande um funcionário comum fazer um desabafo desses, esclarecendo ter que trocar de lugar às vezes. O Secretário de Governo Luiz Claudio pede a palavra esclarecendo que na outra gestão do governo Anabal, o café da manhã e a refeição dos funcionários eram servidos no barracão (galpão) ao lado da prefeitura. Onde por três vezes Prefeito Anabal já passou ao Secretário o desejo de servir café da manhã e refeição aos funcionários. Informando o Secretário de governo que ainda esse ano será implementado novamente, esclarecendo isso tudo depender de licitação e uma série de procedimentos que ainda estão em andamento. O funcionário esclarece que não é nada pessoal e sim estar representando uma categoria, tendo pelos secretários um apreço pelos mesmos estarem presentes e abrindo o espaço para a plenária se manifestar, parabenizando os mesmos. O funcionário aproveita a oportunidade para fazer outro apelo referente à comissão dos PCCs, onde foi feito primeiro o da educação, posteriormente a administração e saúde. Mencionando ter tido uma comissão que gerou um documento assinando, onde foi contratada uma empresa que fez um estudo de impacto financeiro tudo pronto e assinado. O documento estava na administração, onde a Subsecretária levou esse documento para o controlador na época e o documento desapareceu. O mesmo foi encaminhado como ofício, não tendo sido aberto processo. Mencionando já está a procura do referido documento a aproximadamente 3 meses. Ao se direcionar até a procuradoria, foi informado que talvez o documento esteja lá na sala do Procurador. O mesmo esclarece ser cobrado pelos funcionários, onde a educação já se encontra bem avançada com seus PCCs. Em conversa com o Subprocurador Raphael, foi sugerido ao mesmo que se dirigisse ao secretário de governo e debatesse sobre o assunto para que se entre em um consenso. O Servidor solicita que ao resolverem o problema da Educação, não deixem de olhar para os outros funcionários. Mencionando serem estes o maior patrimônio, sendo estes a mola propulsora para o desenvolvimento da cidade. Deixando claro que os funcionários têm que ser respeitados. Não estando o mesmo ali para fazer guerra política. Queremos simplesmente trabalhar e ter condições dignas de trabalho. O Secretário de governo pede ao Servidor que o procure na prefeitura, juntamente com a cópia do documento, esclarecendo não ser uma determinação, mas já ter uma recomendação do Tribunal de Contas do Estado para que providencie esses PCCs, onde menciona se tem um pronto, muito o ajudaria e o pouparia. O Vereador Anderson pede a palavra e diz ter chegado ao seu gabinete uma denuncia de que os funcionários da Secretaria de Serviços Públicos estavam sendo utilizados nesse tipo de serviço, inclusive foi o período que estava sem prestação de serviços da Poly Rio. O Servidor afirma que alguns funcionários da Secretaria de Serviços Públicos foram utilizados sim para ajudar na coleta. Onde afirma que como funcionário e presidente do sindicato não poder chegar a uma plenária e falar coisas inexistentes. O indivíduo escorregou e quase caiu do caminhão, estava chovendo, em um caminhão caçamba sem luvas. Mencionando até entender o querer ajudar a limpar a cidade, porém diz que temos que preservar a integridade do funcionário. O Secretário de Governo pergunta se foi em horário de serviço? O servidor afirma que mais tarde. O Secretário de Governo esclarece que se houve e foi fora do horário de serviço, o funcionário citado poderia estar prestando serviço para



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica

alguém, onde o caminhão era particular. O Servidor cumprimenta os presentes e agradece a oportunidade.

O Secretário de governo levanta se há mais algum questionamento. Vereador Professor Ivan pede a palavra agradecendo aos que ficaram até o final da audiência esclarecendo aos Secretários temos que lutar para que as coisas aconteçam. Mencionando ser um vereador da base do governo e não poder deixar de fazer as cobranças pelo fato dos mesmos serem cobrados. Mencionando que temos que trabalhar juntos para pressionar o executivo porque há coisas de extrema relevância. Vereador Hugo agradece já ter participado de mais uma audiência pública do primeiro quadrimestre, dizendo as perguntas e respostas serem de grande valia. Solicitando a cópia de algumas gravações, para que comunique a algumas instituições, assim como também ao Ministério Público e Tribunal de Contas. Exclamando o debate ter sido caloroso e muito produtivo. Agradecendo a presença de todos. O vereador Professor Lucas ratifica mais uma vez sobre estarem falando em outras palavras, porém o pensamento ser o mesmo. Agradecendo a presença de todos e em específico ao Secretário de Governo mencionando este ser uma pessoa no qual o vereador aprendeu a respeitar estando este sempre se preocupando em fazer esta ponte freqüentando a câmara. Mencionando que muitos também poderiam estar ali, parabenizando os presentes e ratificando que tudo que o mesmo falou não é pessoal. Citando na política serem comuns posições e pensamentos tem que ser respeitados, sua citação foi sobre o pensamento do poder executivo hoje. O vereador Agnaldo Luiz agradece a presença de todos e cita o processo democrático fluir dessa maneira, expondo as idéias, os questionamentos; onde somos poderes independentes mas queremos que o governo acerte. Vamos lutar para que os serviços públicos consigam chegar na ponta, nos questionamentos da sociedade. A audiência proveitosa, mesmo faltando detalhamento analítico, informações técnicas, secretários de pastas importantes e pertinentes para responder sobre seus assuntos. O mesmo diz trazer a audiência como divisor de águas, por ter uma parte do governo interessada em acertar as coisas. O Serviço público só chega na ponta se a parte administrativa andar redondo. Mencionando a câmara estar de portas abertas para o executivo, para ajudar em qualquer questionamento. Estamos aqui para atender o governo! O Vereador Anderson agradece a presença dos representantes do executivo, mencionando o comportamento do Secretário até o presente momento ser um comportamento de diálogo, de ouvir a câmara, de levar a demanda ao executivo. Esclarece ser interessante que o executivo delegasse poderes para que as cobranças diminuíssem sobre ele, que entendesse que não estamos mais em 1997, é preciso que entenda que hoje não se pode mais governar com a chave do cofre no bolso, que reconheça a importância da câmara. A audiência fugiu da essência pela falta de diálogo, estando cada vez mais difícil mais distante. Onde diz reconhecer o esforço do Secretário de governo e outros. A mensagem principal que se tira da audiência é que a mesma fugiu um pouco da sua essência, invadindo outros temas, justamente por causa da dificuldade do executivo em ouvir a câmara e até mesmo a base aliada. Vereador Nando Paixão, diz aos presentes que são pessoas corajosas e que entende a dificuldade e que em nenhum momento os mesmos fugiram a responsabilidade, parabenizando-os. Esclarece entendendo que muitas dificuldades realmente ocorreram neste período, e na próxima audiência, ter certeza que os questionamentos serão respondidos a contento. O que foi feito hoje, foi uma demonstração de que tem que melhorar. Acreditando que o governo irá dar uma resposta positiva. Fica para todos o aprendizado que a democracia é muito importante, finaliza o mesmo. O Secretário de governo Luiz Claudio, agradece a disponibilização do plenário para a presente data. Mencionando a presença de



Seropédica, 30 de maio de 2017.

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

LISTA DE PRESENÇA

~~Adriano José Moura~~
~~Emmanuel~~
- Nilo S. Almeida
Walter Barros de Mello
Mário Roberto de S.
Roseli Neves
Suzana
Willy
José
Luis
Ivanete B. de Silva (AMAS)
Margarida de S.
E. Oliveira
Lorena Soares Paixão
Samuel dos Santos Borges
Lelia Regina Fernandes Paixão
João Marcos
Tulio de S.
Sizenando Fernandes Paixão

